

PROJETO DE LEI Nº 19, de 12 DE SETEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a fixação do subsídio do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais do Município de Eldorado do Sul/RS para o quadriênio de 2017/2020.

ORIGEM: MESA DIRETORA

Cumprindo o que determina o Art. 160 e 161 do Regimento interno desta Casa Legislativa, venho apresentar projeto de lei, para apreciação deste plenário e posterior encaminhamento para sanção e promulgação da seguinte:

Art. 1º. O subsídio mensal do Prefeito e do Vice-Prefeito e dos Secretários do Município de Eldorado Sul-RS, para o quadriênio 2017/2020, fica estabelecido nos termos desta Lei.

Art. 2º. O Prefeito Municipal receberá um subsídio mensal no valor de R\$ 16.191,45 (Dezesseis mil e cento e noventa e um reais e quarenta e cinco reais), e o Vice-Prefeito receberá um subsídio mensal no valor de R\$ 9.714,88 (Nove mil e setecentos e quatorze reais e oitenta e oito reais) e Secretários Municipais receberá um subsídio mensal no valor de R\$ 6.557,52 (Seis mil reais e quinhentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e dois reais).

Art. 3º. Caso o Prefeito Municipal ou o Vice-Prefeito e Secretário Municipal, sejam funcionários públicos, estes serão afastados do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração, confirme o art. 38 da Constituição Federal.

Art. 4º. O substituto legal que, na forma da lei, assumir a chefia do Poder Executivo, durante os impedimentos ou ausências do Prefeito Municipal, fará jus ao recebimento do valor do subsídio mensal do Prefeito previsto no artigo 2º desta Lei, proporcionalmente ao período de substituição por mês ou fração.

Art. 5º. Os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais terão seus valores revisados anualmente, considerando os mesmos índices e as mesmas datas observadas para a revisão geral da remuneração dos servidores do Município de que trata a Constituição Federal, art. 37, X.

Parágrafo único. Exceção será feita no primeiro ano do mandato onde os agentes políticos de que trata esta Lei não farão jus à revisão geral que exceda a perda de 1º de janeiro até a data da concessão.

Art. 6º. Em licença por motivo de saúde, ou outro benefício previdenciário, o Prefeito e o Vice-Prefeito e Secretário Municipal, receberão integralmente o seu subsídio.

§1º. Estando o Prefeito ou o Vice-Prefeito e Secretário Municipal, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social a licença-saúde, ou outro benefício previdenciário, será complementada até o valor do subsídio integral.

§2º. Em caso de o Prefeito ou Vice-Prefeito e Secretário Municipal, não ter completado o período de carência necessário para a obtenção do benefício previdenciário, o pagamento do subsídio será integral.

Art. 7º. Os subsídios de que trata esta lei serão pagos na mesma data dos pagamentos feitos aos demais servidores.

Parágrafo único. Em caso de o Município adotar regime de adiantamento mensal de vencimentos e salários, o mesmo tratamento poderá ser dispensado aos subsídios do Prefeito e vice-prefeito, nas mesmas datas e percentuais adotados para a folha de pagamento dos servidores.

Art. 8º. Até o dia 20 de dezembro de cada ano, é devido o pagamento de gratificação natalina ao Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais, cujo valor será igual ao subsídio mensal do mês de dezembro do respectivo ano.

Parágrafo único. O substituto legal do Prefeito, nos impedimentos ou ausências do titular, fará jus ao recebimento de gratificação natalina equivalente ao valor do subsídio do Prefeito, observada a proporcionalidade, pelos períodos de substituição.

Art. 9º. A cada período de 12 (doze) meses, o Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais terão direito a férias de 30 (trinta) dias, bem como do adicional de 1/3 (um terço) sobre o valor do subsídio mensal vigente no momento de gozo das respectivas férias.

Parágrafo único. O substituto legal do Prefeito, nos impedimentos ou ausências do titular, fará jus ao recebimento de férias e do adicional previstos neste artigo, equivalente ao valor do subsídio do Prefeito, observada a proporcionalidade, pelos períodos de substituição.

Art. 10. As férias e o respectivo adicional, não gozados, poderão ser indenizados pela administração, em especial as:

I – relativas ao último ano de mandato;

II – que sejam devidas em razão da substituição do titular do cargo de Prefeito, prevista no artigo 9º desta Lei.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos sendo gerados a partir de 1º de janeiro de 2017.

Eldorado do Sul, 12 de Setembro de 2016.

Francisco Alexandre Morfan
Presidente

Rogério Munhoz
Secretário

Miguel Carvalho
Vice Presidente

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem como objetivo fixar a remuneração dos agentes políticos para a próxima legislatura, conforme determina o art. 29 da Constituição Federal.

O Projeto de Lei apenas mantém os valores atualmente pagos para agentes políticos que especifica, sem criar ou aumentar despesa de caráter continuado, dispensando a apresentação, portanto, dos documentos do art. 17 da Lei Complementar nº 101/00.

Considerando o momento de dificuldades que o País enfrenta há que se manter a remuneração no mesmo patamar para não onerar os cofres públicos.

Eldorado do Sul, 12 de Setembro de 2016.

Francisco Alexandre Morfan
Presidente

Rogério Munhoz
Secretário

Miguel Carvalho
Vice Presidente